ATA DA REUNIÃO DE TRABALHO REFERENTE AO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, DE AUTORIA DO VEREADOR JÚNIOR TAPAJÓS.

Às nove horas, do dia seis de março do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém, o vereador JÚNIOR TAPAJÓS (PL), deu boas-vindas aos presentes agradecendo a todos. Registrou a presença da Empresa Equatorial Energia, da Empresa Resende e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA. Registrou que receber a justificativa do IBAMA que não conseguirá enviar representante para esta reunião. A seguir, informou que esta é uma reunião oficial da Câmara Municipal de Santarém, de sua autoria, e que haverá uma ata registrada que, posteriormente, será disponibilizada as comunidades interessadas. Na ocasião, registrou a presença das comunidades: Santa Helena, Acutireça, Peré Boa vista, Cidade de Deus, Maranhãozinho, São Francisco, Cabeceira do Itacumini, Nova Aliança, Santíssima Trindade, Santa Luzia, Pilão, Arimun, Aldeia Lago da Praia. Convidou para fazer parte da Mesa oficial do debate senhora SUZANE REIS - Consultora do Cliente Equatorial Energia; senhor CLERISTON RAMOS, fiscal de obras da Equatorial Energia; Senhor HEIBY SARRAZIN, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA; senhor BRUNO EDUARDO, representante da Empresa Resende. Em seguida, deu-se início à reunião a qual o vereador Júnior Tapajós aproveitou para relatar sobre a situação do Programa Luz nas comunidades da Região Lago Grande. Explicou que os nomes das comunidades foram levados para duas reuniões do Conselho Gestor que aconteceu em 2018, onde defenderam a inclusão delas no Programa Luz para Todos. Registrou que estava junto com o prefeito Nélio Aguiar, que inclusive tem voto no Conselho Gestor como presidente da Federação de Municípios do Pará; o vice-prefeito de Santarém, na época, José Maria Tapajós. Destacou que foi aprovado o nome dessas comunidades, sendo executadas apenas, antes da pandemia, as comunidades de Salvação e Cabeceira de São Jorge. Com a pandemia a Empresa Equatorial, assim como outras empresas, paralisaram seus serviços e, após a pandemia, voltaram a dialogar, porém, até o momento as obras não iniciaram. Continuou relatando que tiveram vária tentativas de reunião, conseguindo reunir em seis de dezembro de 2023, onde receberam o comunicado da Equatorial Energia que justificativa ser inviável a presença de um representante, em virtude de problemas de saúde e da impossibilidade de deslocamento, mas encaminharam em anexo a programação de execução das obras para as referidas comunidades. Na ocasião, fez a leitura do anexo, em seguida, destacou que a programação não foi cumprida. Frisou que o trabalho político foi realizado, que houve a reivindicação perante o Conselho de Gestor onde conseguiram aprovar, e desde então já se passaram cinco anos, e neste período tem insistentemente levado esse assunto a Equatorial Energia. Enfatizou que a missão hoje é ampliar o debate e cobrar a efetivação desse serviço, pois há todo um custo para que essas comunidades cheguem até esta Casa, portanto, faz-se necessário sair com uma resposta por comunitários. Relatou que foi combinado de ouvir cinco pessoas que representam as comunidades e aldeias que estão presentes. Após sua explanação, passou a palavra ao Senhor **ROBERTO**, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PERÉ BOA VISTA, que relatou ser a quinta vez que participam de reunião junto à Equatorial, que ficam na expectativa para que essa energia chegue logo, principalmente por causa da conservação da merenda escolar das crianças. Agradeceu ao vereador Júnior Tapajós que está na batalha com as comunidades, e falou para a Equatorial da necessidade de se cumprir o Programa. Destacou que conseguiram o acesso à internet através de placa solar, acrescentando que posteriormente vão conversar sobre o ramal da comunidade que está precário. Frisou que está reivindicando em nome da sua associação e das demais pessoas presentes, pois estão aguardando uma solução. O senhor **JOÃO TAPAJÓS**, ALDEIA ARIMUM, direcionou pergunta a representante da Empresa Equatorial Energia, registrando que o vereador Júnior Tapajós fez tudo que podia, destacando que a sua área é bem complicada, porque não depende apenas do vereador ou da Equatorial Energia, mas depende também do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Registrou que já possuem as assinaturas da SEMMA e da FUNAI de Brasília, porém, falta a assinatura do IBAMA, por isso, que gostariam que ele estivesse presente, apesar da falta de autonomia. Destacou que há muito

tempo se vem reivindicando a questão da energia que, segundo ele, é questão de vida, principalmente porque a aldeia não é assistida pela merenda escolar, porque se alega que não há frízer para acondicionar a alimentação; em virtude disso, recebem enlatados que é prejudicial à saúde das crianças. Além disso, há pessoas diabéticas que precisam receber insulina que deve ser acondicionada adequadamente. Registrou que fizeram um documento que permite a entrada da empresa no território indígena, e que devem viajar a Brasília em abril para buscar a assinatura do IBAMA, porque os trabalhos já estão próximo da Aldeia, na região do Bacabal, e pode ser que eles desviem em virtude da ausência da autorização. Aguarda que possam sair com uma solução concreta desta reunião. O senhor **DILMO**, COMUNIDADE VILA GORETE, BAIRRO PILÃO, destacou ser importante frisar que o Lago Grande é uma área de assentamento, e que houve uma mudança abrupta de governo que gerou o cancelamento do Programa Luz para Todos; mas com a entrada do governo Lula, esse ano tem verba para o Programa. Dessa forma, solicitou que a Equatorial Energia apresentasse realmente qual seria a verba disponível? O que será possível ser feito e como é que vai ser feito os pagamentos? Segundo ela, o Estado do Pará tem mais de R$ 2 bilhões para o Programa Luz para todos. Relatou que boa parte das coisas depende também do INCRA, acrescentando que o ex-deputado José Maria Tapajós falou que, quando foi para colocar energia na Vila Gorete, foi colocado só pelas redes, pois a Equatorial não havia implantado as luminárias deixando a Vila no escuro, e se ele não tivesse pego verba da prefeitura de Santarém para colocar as luminárias, até hoje a vila estaria na escuridão. Enfatizou ser necessário expor até onde vai a competência de cada um, sendo importante ser exposto nesta reunião. Relatou que em 2018, os comunitários do Bairro Pilão, abriram a estrada no braço para que a rede de energia pudesse ser instalada, mas havia um problema jurídico em questão da rede passar por cima de uma enseada para alcançar uma casa, pois dessa foram precisariam de uma autorização da Marinha para poder não atravessar rio nenhum, por se tratar de apenas uma enseada. Aproveitou a oportunidade para pedir ao vereador Júnior Tapajós que encaminhe esse ofício para a Capitania dos Portos, para que ele possa liberar, porque senão poderá ter uma linha no ramal deixando uma ou duas casas de fora. Portanto, então sempre mantendo a estrada limpa, e aguardando o pessoal da Equatorial para fazer a sua parte. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** argumentou que até 2018, quando aconteceu a última reunião do Conselho de Gestão, ainda era o Programa Luz para todos. Registrando que a senhora Suzane Reis o informou que o programa só parou em virtude da pandemia, mas ele não extinguiu em nenhum momento. Quanto a iluminação pública, explicou que é de responsabilidade da Prefeitura do Município, e que vem uma tarifa para esta contribuição, pois estão pagando a energia das praças, das escolas, creches e das unidades básicas de saúde, não apenas da iluminação dos postes, mas também dos equipamentos públicos. Sobre o Lago Grande, mesmo sendo um assentamento, não tem esse problema de licenciamento com o único responsável pelo licenciamento e a Secretaria de Meio Ambiente do município, por isso que já foram executadas algumas e outras estão em execução. Destacou que onde possuem problema federal é dentro do território indígena, que precisa do licenciamento do IBAMA. Seguindo a reunião, o senhor **GILVAN TAPAJÓS BARBOSA**, ALDEIA LAGO DA PRAIA, registrando que foram convidados para esta reunião, mas fica chateado com a ausência da representação do IBAMA, o que considerou um desrespeito com o povo, pois no caso da aldeia, seria necessária essa representatividade. Enfatizou que gostaria que saíssem desta reunião com uma decisão porque deixaram família, tirando recurso próprio do bolso para vir em busca dessa melhoria para o povo. Citou da luta para que a energia chegue na aldeia, registrando da necessidade do aval do IBAMA, em virtude disso, destacou que devem encaminhar documentação ao Ministério Público e chamar o representante do IBAMA. Enfatizou que quer ouvir dos demais órgãos presentes aonde é que está esbarrando e se há uma certeza para o povo para chegar com o órgão certo. Registrou que as comunidades Caruci, Lago da Praia, Santa Luzia, Arimum vão se reunir a partir dessa reunião e criar um documento para que possam chegar ao órgão que está barrando a implantação da energia nessas comunidades. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou que o maior objetivo dessa reunião é saber o papel de cada ator neste processo e o que está faltando. No caso das aldeias, já

fica comprometido em virtude da ausência do IBAMA, considerando uma falta de respeito com todos os presentes. Reiterou a necessidade de saírem desta reunião com informações práticas, com o compromisso de execução. Em seguida, passou a palavra a senhora **SUZANE REIS** - GERENCIA DE RELACIONAMENTO DO CLIENTE EQUATORIAL ENERGIA. Ela cumprimentou a todos, ressaltando que desde que começou a acompanhar junto com o vereador Júnior Tapajós, ele sempre esteve cobrando tanto da Equatorial Energia quanto os demais órgãos, assim como também dando apoio junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA em relação a essas obras da região do Lago Grande, Curuai. Confirmou que não foi possível participarem da última reunião em virtude da questão de saúde referente ao técnico, mas enviaram um cronograma de obras. Destacou que houve sim algumas alterações, e estão trazendo a conhecimento a lista das comunidades a qual, posteriormente será exposta a todos. Na oportunidade, informou que algumas comunidades já foram executadas como a comunidade Paranatinga, ramal do Maranhãozinho, e as comunidades de Castanheira, Vila Traíra e Ramal Santarém, Ramal do Pilão, Tauari, Castelo, Arimum, Santa Luzia, Caruci, Lago da Praia, Ramal da Betânia, Vila Boa Esperança que estão com obras em andamento. Informou que vão expor o cronograma com algumas previsões de execução. Relatou que também tem obras que ainda não foram iniciadas, explicando que, ao finalizarem essas que estão em andamento, darão início as demais comunidades que já estão com o licenciamento liberado. Frisou que ainda têm comunidades que não possuem o licenciamento ambiental, algumas por parte da SEMMA do Município e também por parte do IBAMA. Argumentou que a parte do IBAMA é a mais complicada, acrescentando que a Prefeitura e a Empresa Equatorial possuem uma boa parceria, por isso, conseguem dentro dos trâmites cabíveis, o licenciamento junto a SEMMA, ressaltando que nunca houve impasses junto a Prefeitura ou demais secretarias. Do contrário, junto ao IBAMA é mais complicado. Referente a alguns questionamentos que foram colocados pelas comunidades, quanto a questão da área indígena, tem-se as comunidades de Arimum, Lagoa da Praia, Aldeia Caruci, Acutireça, Itacumini, e ramal da Misericórdia em que o licenciamento é de responsabilidade do IBAMA. Já as comunidades de São Macari, e Praia do Cuipiranga, o licenciamento é de responsabilidade da SEMMA municipal; e junto ao IBAMA a Vila Santarém II e comunidade Beira Mar. Relatou que este é o status da questão dos licenciamentos das obras referente à questão da extensão de rede. Acrescentou que, realmente, quando executam a obra, deixam os clientes atendidos com padrão, com medição correta, mas a parte da iluminação pública é de responsabilidade da Prefeitura, explicando que geralmente trabalham em parceria, pois quando a empresa entrega uma obra, a Prefeitura logo em seguida, executa a instalação da iluminação, a exemplo do Aritapera e Tapará. Continuou explicando que na conta de energia vem aquela contribuição em que a empresa arrecada, onde é descontado o valor do consumo, que é a parte que o Município que paga para Equatorial, e o restante é repassado para a Prefeitura fazer a instalação, manutenção e ampliação da parte da iluminação pública. A seguir, passou a palavra ao senhor **CLERISTON RAMOS**, TÉCNICO FISCAL DE OBRAS DA EQUATORIAL ENERGIA, que apresentou o cronograma conforme o status executivo da obra, observando o período de conclusão para cada comunidade. Fez destaque aos status em execução, em andamento e não iniciado, assim como o que está em licenciamento, conforme a senhora Suzane Reis explicou. Registrou que há duas empreiteiras: Rezende e LL Construções, que estão trabalhando em todas as comunidades, conforme o cronograma executivo, para poder fazer essa entrega dessa obra do Programa da Luz para Todos. Frisou que está bem claro a apresentação, destacando que a qualquer dúvida, fica à disposição. Na ocasião, o vereador JÚNIOR TAPAJÓS (PL) pediu que o técnico pudesse ler o cronograma a todos. Na sequência, o senhor CLÉRISTON RAMOS registrou: comunidade CARANATINGA foi executada e concluída em dezembro de 2023; RAMAL MARANHÃOZINHO executada e concluída em dezembro de 2023; comunidade CASTANHEIRINHA, em andamento, previsão para conclusão em março de 2024; comunidade VILA TRAÍRA, em andamento, previsão de conclusão para junho 2024; Comunidade RAMAL SANTARÉM II, em andamento, previsão de conclusão em abril 2024; Ramais PILÃO, TAUARI

E CASTELO, em andamento, previsão de conclusão em abril 2024; COMUNIDADES SANTA HELENA, MARCO GRANDE, SÃO FRANCISCO, PERÉ BOA VISTA, COMUNIDADE DE DEUS, não iniciado, previsão para maio 2024, acrescentando que em março as obras devem ser iniciadas; MAL DA MATA LIMPA, não iniciado, conclusão em maio de 2024, com previsão de também iniciar em março; ESTRADA LAGO GRANDE, não iniciado, previsão conclusão em maio 2024, mas iniciada agora em março; comunidades de ARIMUM, SANTA LUZIA, CARUCI, LAGO DA PRAIA, de SANTARÉM, em andamento, previsão de conclusão abril 2024; RAMAL BETHÂNIA, em andamento, previsão de conclusão em abril 2024; VILA BOA ESPERANÇA, em andamento, previsão de conclusão em abril 2024; ESTRADA LAGO GRANDE, em andamento, previsão de conclusão em abril 2024; RAMAL CENTRAL, não iniciado, com previsão de conclusão em abril 2024; RAMAL DO TRAIRÃO, não iniciado, previsão de conclusão em Julho 2024; RAMAL DO MACACO, RAMAL VALE VERDE, RAMAL CINCO AMIGOS, RAMAL DA FAVEIRA, não iniciado, previsão de conclusão em julho 2024; COMUNIDADE TERRA PRETA DAS VIARIAS, não iniciado, previsão de conclusão em agosto 2024; RAMAL IGARAPÉ VERMELHO, não iniciado, previsão de conclusão em setembro 2024; ESTRADA DA VILA NAZÁRIO, não iniciado, previsão de conclusão em outubro 2024; RAMAL SÃO JOSÉ, não iniciado, previsão de conclusão em outubro 2024; VILA SANTARÉM II, em Licenciamento (IBAMA), COMUNIDADE BEIRA-MAR, em Licenciamento (IBAMA); Comunidade São Macari, em Licenciamento (SEMMA); PRAIA DO CUIPIRANGA, em Licenciamento (SEMMA); ARIMUM, LAGOA DA PRAIA, ALDEIA CARUCI, área indígena em Licenciamento (IBAMA); ACUTIREÇA, ITACUMINI E RAMAL MISERICÓRDIA, área indígena, em Licenciamento (IBAMA). A senhora Suzane Reis explicou que essas obras em andamento, que há previsão de conclusão em maio, a previsão é de iniciar em março. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou que a reclamação é de que passam anos, e a execução não acontece, incidindo de o cronograma estar sendo adiado todo o tempo e a obra não acontecendo. A senhora **SUZANE REIS**, Empresa Equatorial Energia, registrou que na verdade, a obra está acontecendo, tanto que estão informando as comunidades que já foram executadas e comunidades que estão em andamento, ressaltando que vão executar passo a passo, pois é uma obra executada em sequência e não há empresa que execute o serviço de uma única vez. Enfatizou o que foi dito pelo senhor CLÉRISTON RAMOS quanto a existência de duas empresas na região para tentar agilizar as obras. A seguir, o senhor **ROBERTO MARINHO**, COMUNIDADE DE ACUTIREÇA, pediu a palavra, registrando que possuem uma história longa em relação a essa situação, ressaltando que eles veem apresentando documento, cobrando, participando de reuniões, mas sempre é a mesma história. Relatou que há quatro anos atrás esteve com o engenheiro da Equatorial Energia, onde percorreram da comunidade do Garimpo até São Jorge por três dias fazendo levantamento, com isso, a esperança era que realmente a energia fosse implantada nas comunidades, mas em sequência veio a pandemia e na época haviam sido executadas apenas duas comunidades: Peré Salvação e Enseada de São Jorge. Relatou que novamente os engenheiros foram fazer o retoque do levantamento o que os animou novamente. Lamentou a questão de terem colocado a comunidade como área indígena, porque não há nenhuma família indígena e não saão uma aldeia. Na ocasião, questionou da Empresa Equatorial quem colocou a comunidade como área indígena, pois mais uma vez a expectativa da implantação de energia não aconteceu, porque se espera um licenciamento do IBAMA. Relatou da preocupação com relação a recomendação do Ministério Público as Aldeias Caruci, Lago da Praia e Arimum, quanto ao licenciamento ambiental que, segundo ele, já faz dois anos, e esse entrave ainda continua. Manifestou repúdio quanto a atitude desses órgãos que são responsáveis por esses encaminhamentos que até hoje não deram uma resposta, solicitando para a Empresa Equatorial que o encaminhamento da comunidade seja respeitado, e se não houver uma resposta, procurarão seus direitos ao Ministério Público, e se não houver resposta vão a Defesa Pública. Por fim, repercutiu a necessidade de uma merenda escolar de qualidade e um local apropriado para medicação que precisa estar refrigerada. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou que a questão do Acutireça e Itacumini tem como fazer um

estudo de rota, um desvio, que não precisa passar pela parte que é indígena, tirando a necessidade do licenciamento do IBAMA, deixando apenas para as aldeias Arimum, Lago da Praia e Santa Luzia que estão dentro do território. Sobre as comunidades Nova Aliança e Santíssima Trindade, elas apareceram em diversos requerimentos, como resposta da EQUATORIAL de que estavam também no planejamento das obras, até porque as duas foram aprovadas nesta reunião de 2018, mas houve uma mudança de novembro passando a não constar mais no cronograma de obras. A senhora **SUZANE REIS**, Equatorial Energia, registrou que vão anotar o nome das comunidades, registrando que, às vezes, as comunidades se encontram no intervalo, não aparecendo no projeto o nome em si, mas estando no traçado da obra, ela vai ser atendida. Vão fazer só a confirmação. Mas se ela é próxima de outras que estão no cronograma, deverá ser atendida sim. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** frisou que aonde está a informação "em andamento", é porque já está licenciado. Destacou que o senhor CLÉRISTON RAMOS informou que a comunidade Santa Luzia já está licenciada pelo IBAMA, o que avaliou como uma notícia positiva. A senhora **SUZANE REIS**, Equatorial Energia, reiterou que aonde consta "em andamento", no documento, destaca o que já está licenciada, acrescentando que a empresa já está presente na região. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou que vai encaminhar cópia do cronograma da Equatorial para todos os presentes. Reiterou o que foi dito pela senhora SUZANE REIS quanto a execução das obras que já foram iniciadas. Sobre as comunidades de Acutireça, Itacumini e Ramal Misericórdia, que não são indígenas, mas que não estão licenciadas, tem alternativa de fazer o desvio. A senhora **SUZANE REIS**, Equatorial Energia, voltou a reiterar que podem observar no projeto e verificar o traçado da obra, pois, às vezes, o nome da comunidade não aparece, mas ela está no mesmo perímetro da obra, e não havendo nenhuma travessia, ela será atendida. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** sobre as comunidades Santíssima Trindade e Nova Aliança, sugeriu que a empresa realizasse uma visita *in loco* nos dois locais, acompanhados pelo Senhor ROBERTO MARINHO, para ver a questão do desvio que pode ser feito para tirar a necessidade de licenciamento do IBAMA para a cabeceira do Itacumini que não é aldeia. A senhor **SUZANE REIS**, Equatorial Energia, registrou que possuem apenas um técnico da Equatorial acompanhando as obras. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** enfatizou da importância de os técnicos procurarem, ao chegar dentro das comunidades ou aldeias, a representatividade do local para que as informações fiquem mais clara, observando o nome correto das comunidades. Destacou ser importante também saber o caso das duas comunidades Nova Aliança e Santíssima Trindade, assim como da Cabeceira do Picãe, que não estava nessa aprovação de 2018, mas também é uma região que há muito tempo está solicitado essa pauta. A senhora **SUZANE REIS** destacou que, com relação a essas comunidades constarem no traçado da obra, vão estar verificando no projeto e, posteriormente, darão um retorno ao vereador Júnior Tapajós. Em relação à questão de procurar as lideranças da comunidade, frisou que a empresa sempre trabalha dessa forma, acrescentando que evitam a questão de ficar passando informações além do que consta no projeto, e o tipo de informação mais minucioso, são orientados a não repassar. Enfatizou a presença de um técnico da Equatorial nas obras, ressaltando que talvez ainda não tenha conseguido ir a todas as comunidades, mas conformou sua presença no acompanhamento das obras. O senhor **CLÉRISTON RAMOS**, Equatorial Energia, registrou a existência do Programa MAIS LUZ PARA NA AMAZÔNIA, do governo federal, que trabalha em paralelo ao programa LUZ PARA TODOS, porém, esta região não foi contemplada com este programa, apenas a área de Juruti e regiões ribeirinhas de difícil acesso. A senhora **SUZANE REIS**, Equatorial Energia, registrou que, se for uma área de difícil acesso com travessia de rio e, a quantidade para ser atendida não sendo tão grande que necessite de uma travessia, explicou que existe esse programa que é o MAIS LUZ NA AMAZÔNIA que a empresa EQUATORIAL faz o atendimento isolado, onde não é necessário levar a extensão da rede, por haver um sistema no local, mas o programa não foi previsto para essas comunidades. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou que as comunidades vão levar em mãos um documento oficial da EQUATORIAL ENERGIA. Na ocasião, registrou que o senhor Roberto Marinho lhe entregou um manifesto, para qual manifestou sua insatisfação, registrando se sentir

desrespeitado. Registrou que está há cinco anos cinco anos defendendo essa pauta, essas comunidades e as aldeias que não receberam energia. Destacou que iniciou fazendo a explanação de que a parte política foi toda construída, defendida aprovada, e ao longo desses anos continuou insistindo junto à Equatorial, pedindo a execução e reunindo com as comunidades. Frisou reprovar o manifesto ressaltando que, se há outro político enganando, que incluíssem o nome, porque quando generaliza, o seu nome acaba por fazer parte. Em seguida, reiterou que cada comunidade está levando cópias para as comunidades e aldeias de um documento oficial da Equatorial com os nomes das comunidades e aldeias com situação e tempo de andamento de obra. Registrou que apenas as comunidades de Santíssima Trindade, Nova Aliança e Cabeceira do Picãe devem sair sem uma resposta desta reunião. Mas a senhora Suzane Reis se comprometeu a, posteriormente, encaminhar uma resposta sobre elas, dessa forma, em seguida enviará as comunidades interessadas. Também, destacou que haverá uma ata que será disponibilizada a quem se interessar. O senhor **ROBERTO MARINHO** justificou a questão do manifesto. Segundo ele, quando foi para ser implantado no ramal da sua comunidade, a licença ambiental foi liberada através do município. Acredita que a redação do manifesto teve um equívoco, porque não citou qual seria o governo, o que justifica dizer que se trata do governo federal. Em relação ao governo municipal, destacou que tudo que foi preciso foi feito pelo Município, inclusive andou com o engenheiro da Equatorial por três dias, a pedido do ex-deputado José Maria Tapajós. Em seguida, frisou que gostaria de levar uma resposta a sua comunidade, questionando a Empresa EQUATORIAL ENERGIA se vai ser feito o desvio ou se vai ficar aguardando esta posição do IBAMA? O técnico **CLÉRISTON RAMOS** respondeu que poderiam fazer um agendamento com as empresas para que possam ir a campo fazer esse levantamento junto com a orientação dos comunitários, e verificar qual seria o melhor desvio, para não ficarem com esse entrave de área indígena. Destacou que esse é o compromisso que poderiam firmar. A seguir, o vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** passou a palavra ao senhor Bruno Resende, proprietário de uma das empresas que está na região do Lago Grande. O senhor **BRUNO EDUARDO RESENDE**, registrou que é representante da Empresa RESENDE ENERGIA, uma empresa da cidade de Goianésia - Goiás. Explicou que vieram atender o contrato junto com a Equatorial Energia, através de um recurso do Governo do Estado, para a região do Tapará e Aritapera. Segundo ele, era uma obra de grande dificuldade, mas conseguiram entregar este ano, acrescentando que estão realizando as entregas também na região de Juruti. Agradeceu a todos, registrando que estão na região para trabalhar e atender as comunidades; por fim, colocou-se à disposição. A seguir, a palavra foi fraqueada ao senhor **HEIBY SARRAZIN,** representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. Sobre o licenciamento, explicou que a secretaria viu que o principal gargalo é a questão do IBAMA em terras indígenas. Sobre o relato da situação da comunidade que não é terra indígena, mas mesmo assim entrou pelo IBAMA, explicou ser áreas que não são terras homologadas, e pelo fato de estarem em estudo, elas já partem da competência de ser do IBAMA. Portanto, quando chega ao Município ou ao Estado, é verificado se a área está em estudo, estando em qualquer fase de homologação, automaticamente ela passa para a União; dessa forma, tudo que vai pela União vai para o IBAMA. Registrou que acontece também no município, pois desde 2018, analisou mais de 70 processos nesta parte da Equatorial, e quando entra no processo da empresa, na parte tanto de manutenção e expansão da rede ou qualquer coisa que seja vinculada ao programa Luz para Todos, automaticamente ela ganha prioridade. Frisou que passa por um técnico específico para ter prioridade, porque geralmente eles precisam de limpeza ou de supressão vegetal. Então, basicamente são emitidas licenças prévias de instalação, juntamente com as suas autorizações de supressão, pois basicamente as redes são vinculadas a ramais e estradas, não precisando fazer um grande inventário ou outras grandes burocracias. Destacou que o Estado, através do Sistema estadual da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vislumbrando o grande número de processos que adentrou na questão do programa, para facilitar na modalidade de até 34,5 *quilowatt* dessas redes, começou em regime de menor extensão, fazendo uma INSTRUÇÃO NORMATIVA em 2019, que passa todos esses processos de licenciamento da área do Programa Luz para Todos,

para uma maneira mais simplificada e com mais agilidade. Contou que o Município também acompanhou isso e simplificou o processo de licenciamento para este programa em específico. Como tratativa, sugeriu ao vereador JÚNIOR TAPAJÓS faça uma recomendação, um documento que levasse ao IBAMA a estimular alguma INSTRUÇÃO NORMATIVA ou PORTARIA que deixasse o seu licenciamento mais simplificado nesta área, colocando nele tudo aquilo que for pré-requisito para fazer esses processos andarem mais celeremente; também sendo mais claro no caso da concessionária, que ao entrar no município, já saberia o que precisa. Relatou que o IBAMA em 2022 sofreu uma recomendação do Ministério Público Federal, justamente para fazer a emissão, por se tratar de baixo impacto ambiental, mesmo em terra indígena, porque mesmo ao trabalhar com redes em ramais, em áreas que já foram previamente submetidas a algum tipo de pressão de limpeza, não vai se derrubar nenhuma árvore e não vai fazer grandes intervenções. Continuou explicando que dentro do próprio programa, existe algumas recomendações sobre questões de impactos, como ter mais cuidado de desvio em terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação, zonas de amortecimento, cavidades naturais ou subterrâneas, e vegetação nativa. Mas também tem aquela situação sobre faixas marginais de curso d'água de nascentes ou encostas, e a questão de corpos d'água de grande extensão, basicamente rios, lagos e enseada que possuem um maior impacto ambiental, e outras situações que adentram nesta área de licenciamento. Destacou que a questão de corpos d'água e de rios, a manutenção é mais difícil e o próprio custo também. Explicou que, quando se eleva o custo de um serviço, acaba beneficiando um e tirando de outro. Sobre a questão do orçamento, destacou que são R$ 2,5 bilhões para o ano de 2024, mas são quatro contratos novos, sendo que cerca de 1,1 é para o Estado do Pará, exclusivamente, porque existem muita defasagem em questão do atendimento a rede. Esclareceu que se forem observar a questão do atendimento a rede na região Norte: Amazonas e Pará, são extremamente deficitários e tem essas situações sobre a questão de não estar em terra indígena. Destacou que poderiam fazer uma consulta, um documento atestando que aquela área não está em terra indígena, em área de pretensão, nem em área de estudo; e se isso for o caso, passa-se o licenciamento para o Estado ou Município, o que viabilizaria a questão do IBAMA. Enfatizou a questão de difícil acesso a questão dos órgãos federais, ressaltando ser mais fácil ter acesso à CMBio do que ao IBAMA, mas argumentou que daria para fazer isto. Na ocasião, afirmou que estaria disposto a fazer isso pela Secretaria de Meio Ambiente, indo o Município fazer esse estudo da área. A outra questão seria emitir um documento com o próprio nome da Associação das Aldeias e dos representantes aqui, e da própria Câmara Municipal de Vereadores de Santarém, sobre a criação de uma INSTRUÇÃO NORMATIVA dentro do próprio IBAMA, para que fizessem uma simplificação dos processos de licenciamento, especificamente deste programa, como já foi feito nos moldes de outros Estados e tem dentro do licenciamento do Município e do Estado. Por fim, relatou que o IBAMA está acostumado a licenciar plataformas de petróleo, grandes projetos madeireiros, transposição de rios, hidrelétricas e quando chegam no processo simplificado, vai para o fundo da gaveta, e não vai colocar toda a disponibilidade e estrutura para analisar um projeto desse, porque ele tem que ir até a área, e muitas vezes os técnicos estão em Brasília e em Belém, tem que fazer diária, fazer vistoria e eles não vão disponibilizar recursos para esse tipo de situação. Então, por isso, que muitas vezes o processo acaba ficando parado e não sendo analisado porque não está em ordem de prioridade. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS** agradeceu o esclarecimento, registrando que vão estar aceitando a sugestão, já sendo uma dica para as comunidades Itacumini, Misericórdia e Acutireça. Por fim, o vereador destacou como encaminhamento que a senhora Suzane Reis pudesse verificar às áreas que saíram sem resposta desta reunião. Em seguida, agradeceu a presença de todos, frisando ter sido uma reunião proveitosa, com informações oficiais e algo mais palpável. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que traz em anexo a lista de frequência com o nome de todos os participantes desta reunião.

FREQUÊNCIA DA ATA DA REUNIÃO DE TRABALHO REFERENTE AO PROGRAMA LUZ PARA TODOS,
de autoria do vereador Júnior Tapajós (PL), realizada no dia 06/03/2024.

NOME / INSTITUIÇÃO
Evanilson Avientino Lopes
Daniel Santos dos Santos
Miranilson Magno Corrêa
Maria das Dores Castro Henrique
Rubenil Souza Bentes
Rosilelia Souza Bentes
Obete Castro Alves.
Vilmo J. Seade Honrado
Laurinilde Cerdeira dos Anjos
Juaildo Santos Castro
Jarnilson Linhares Saraiva
Joaquim dos Santos Figueira
Arnaldo dos Santos Figueira
Julio Cesar S. Vieira
Maria Antonia Fonseca Vieira
Mª Adelse Ferreira do Rosário
Ariston Maciel do Rosario
Antonia Maria Fonseca Sousa
Gelvan Tapajós Barbosa.
Rainner Castro Barbosa
Carlos André Viana Ferreira
Neide Viana
João Edinaldo Rodrigues Pereira CITA
Josefina [illegible] V. Martins PERÁ BOA VISTA
Manoel Aurelio Fonseca Ferreira Pere Boa Vista
Dionison Ferreira Silva / Peré Boa Vista
Bruno Hilario Campos Vargas da praia
* [illegible] Sarmozin - SEMMA / SIM

FREQUÊNCIA DA ATA DA REUNIÃO DE TRABALHO REFERENTE AO PROGRAMA LUZ PARA TODOS,
de autoria do vereador Júnior Tapajós (PL), realizada no dia 06/03/2024.

NOME / INSTITUIÇÃO
Suzane Rui / Equatorial
Cleyston Ramos / EQTL.
Bruno Eduardo Rezende
Michell de Sousa Martins
Nair Batista da Mota / Santa Helena
Cleberson Santos Marques Cuipiranga.
Raimundo Santana Nogueira Pitaia